



Ministério da
Cultura



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES CULTURAIS DOS ESTADOS DO
NORDESTE**

DENIZÁ BARBOSA RODRIGUES

**FUNDO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE
PERNAMBUCO: ALCANCE DAS AÇÕES REALIZADAS NA
REGIÃO DA ZONA DA MATA NORTE ENTRE 2010 E 2013**

Olinda
2014

DENIZÁ BARBOSA RODRIGUES

**FUNDO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE
PERNAMBUCO: ALCANCE DAS AÇÕES REALIZADAS NA
REGIÃO DA ZONA DA MATA NORTE ENTRE 2010 E 2013**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, promovido pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e o Ministério da Cultura, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Nunes Dourado Rocha

Olinda
2014

DENIZÁ BARBOSA RODRIGUES

**FUNDO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE
PERNAMBUCO: ALCANCE DAS AÇÕES REALIZADAS NA
REGIÃO DA ZONA DA MATA NORTE ENTRE 2010 E 2013**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural pela Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 26 de novembro de 2014.

Banca examinadora

Prof. Dr. Marcelo Nunes Dourado Rocha
Doutor em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Sérgio Coelho Borges Farias
Doutor em Artes pela Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos dirigentes da Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco e da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, nas pessoas dos Excelentíssimos Srs. Marcelo Canuto Mendes e Severino Pessoa dos Santos, pela confiança oferecida nos diferentes trabalhos realizados ao longo desses mais de três anos de atividades, bem como pelo reconhecimento e concessões feitas para a participação nesta edição do curso de especialização.

Agradeço também ao meu orientador, o Prof. Dr. Marcelo Dourado, sempre presente e companheiro, bem como a todos os meus amigos, que de perto sofreram esta mesma jornada, com destaque para Bruno Machado, Marcos Valença, Nilton Valença, Lina Luz, Sebastião Carvalho e tantos outros dispersos por estados do Brasil, cuja distância hoje é mais curta pelos laços firmes de nossas amizades.

Deixo aqui também um agradecimento especial para minhas filhas Nina e Hannah, cujas companhias animaram minhas madrugadas em claro, não raras, regadas a café e alguns Luck Strikes.

Seu doutô os nordestino têm muita gratidão
Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão
Mas doutô uma esmola a um homem qui é são
Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão.

Luís Gonzaga, Vozes da Seca. (1953).

Começo devagar com minha luta/ Sempre as quatro e poucas da manhã
Derramando suor numa disputa/ Entre homem e terra
Pois há tantas rotinas sofridas nessa vida
E salários suados pra ganhar/ Trabalhando por conta pra limpar
Capim da cana nova com destreza/ Pego no cabo com muita firmeza
De luva na mão pra não encalçar

Sou Luíz, sou José e sou Francisco/ Sebastião, Severino, e João
Seu Mané, Pedro, Inácio e Calixto/ Danié, Mariano e Damião
Se pego na limpa só saio no cisco/ Volto a pé, bicicleta ou caminhão.

Ticuqueiros, Longa Jornada, Dos Canaviais da Zona da Mata (2007)

RODRIGUES, Denizá Barbosa. **Fundo Estadual de Cultura do Estado de Pernambuco: Alcance das ações realizadas na Região da Zona da Mata Norte entre 2010 e 2013.** (cinquenta e oito páginas) p. il. 2014. Monografia (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RESUMO

Apresentamos aqui um estudo sobre o alcance do Fundo Estadual de Cultura na Zona da Mata Norte do estado de Pernambuco, tomando como referência o período entre as edições de 2010 e 2013. Através deste estudo problematizamos as formas de acesso e o alcance da política de financiamento e fomento realizada pelo governo do Estado junto a coletivos, produtores e artistas locais.

Palavras-chave: Financiamento Cultural. Fomento. Funcultura. Zona da Mata Norte.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCA_PE	Associação Brasileira de Cinema de Animação
APECI	Associação de Produtores e Cineastas de Pernambuco
CGE-PE	Controladoria Geral do Estado de Pernambuco
CPC	Cadastro de Produtores Culturais
DAIFC	Diretoria de Articulação e Formação Cultural
DGF	Diretoria de Gestão do Funcultura
FEPEC	Federação Pernambucana de Cineclubismo
FPNC	Festival Pernambuco Nação Cultural
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
FUNCULTURA	Fundo de Cultura do Estado de Pernambuco
RD's	Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco
RMR	Região Metropolitana do Recife
STIC-PE	Sindicato Interestadual dos Trabalhadores da Indústria Cinematográfica e do Audiovisual de Pernambuco
SECULT-PE	Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco
SEFAZ-PE	Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco
SIC-PE	Sistema de Incentivo à Cultura do Estado de Pernambuco
ZMN	Zona da Mata Norte

LISTA DE TABELAS

1	Tabela 1 – Distribuição dos recursos captados em projetos do Funcultura (2010-2013) na ZMN	35
2	Tabela 2 – Síntese dos projetos captados pela ZMN nos editais do Funcultura (2010-2013)	39

LISTA DE GRÁFICOS

1	Gráfico 1: Número de projetos aprovados e recursos disponibilizados nos editais do Funcultura entre 2007 e 2013	19
2	Gráfico 2: Quantitativo de produtores culturais cadastrados nas doze RD's do Estado de Pernambuco (2003-2014)	24
3	Gráfico 3 - Capacitações para os editais Funcultura (2007-2013)	30
4	Gráfico 4 - Evolução do cadastramento de produtores culturais na Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco (2003-2014)	34
5	Gráfico 5 - Perfil dos proponentes contemplados no edital Funcultura Independente em 2013 na ZMN	35
6	Gráfico 6 - Recursos captados pela ZMN nos editais Funcultura por ano (2010-2013)	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FINANCIAMENTO E PRODUÇÃO CULTURAL EM PERNAMBUCO	14
2.1	Um edital para todos – entre o neoliberalismo e o dirigismo político	14
2.2	Breve histórico sobre os editais Funcultura – Independente e Audiovisual	16
2.3	Um novo impulso à produção cultural na Zona da Mata Norte	21
3.	A AGENDA DE FOMENTO DO ESTADO: INTERFACES ENTRE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO E FINANCIAMENTO CULTURAL	23
3.1	A política de Formação Cultural no Estado: institucionalização e desafios	26
3.2.	Principais ações realizadas na ZMN entre 2010 e 2013	28
3.2.1	Festival Pernambuco Nação Cultural	28
3.2.2	I Curso de Extensão em Elaboração de Projetos Culturais	28
3.2.3	Ciclos de Capacitação para os editais Funcultura	
3.2.4	Atividades de formação cultural financiadas pelo Funcultura	32
4.	AVALIAÇÃO DO ALCANCE DO FUNDO ESTADUAL DE CULTURA NA ZMN	33
4.1	Para todos um edital – caracterização e acesso ao Funcultura na ZMN	33
4.1.1	Evolução do quadro de Produtores culturais na ZMN	33
4.1.2.	Distribuição na região e concentração de recursos	36
4.1.3.	Recorte por linguagem e área cultural	37
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
6.	REFERÊNCIAS	45
7.	APÊNDICES	47

1. INTRODUÇÃO

Entre as críticas e questionamentos comumente realizados à política de financiamento cultural do governo do Estado de Pernambuco são correntes alusões uma pretensa concentração destes recursos nas mãos de poucos produtores, fator que por si só colocaria em xeque a eficácia desta política, pela sua falta de acessibilidade.

Como gestor ligado à Diretoria de Articulação e Formação Cultural (DAFC) da Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco (Secult-PE) e corresponsável pela condução de ações de Formação Cultural – entre as quais se destacam aquelas ligadas à instrução direta para o acesso da classe artística ao Fundo de Cultura do Estado de Pernambuco (Funcultura) – me apercebi da falta de maiores caracterizações acerca da interação com a classe artística por meio da promoção desta política de financiamento.

Em prol de oferecer uma visão mais clara acerca da implementação desta política pública, a condução deste estudo avalia mais profundamente o alcance do Fundo de Cultura Estadual (Funcultura) junto a coletivos, produtores e artistas da Região de Desenvolvimento da Zona da Mata Norte do Estado (ZMN).

No primeiro capítulo, dedicamos-nos a uma discussão teórica que apresenta um pequeno histórico da implantação do atual Sistema de Incentivo à Cultura no Estado de Pernambuco (SIC-PE), além de ampliarmos esta discussão com a apresentação dos dois principais modelos de financiamento público na atualidade, com a participação direta do Estado ou indireta da iniciativa privada, demonstrando as características de cada um dos dois modelos e as críticas que lhes concernem.

Na segunda parte do texto, exploramos a interface entre fomento e financiamento por meio do relato do percurso pela institucionalização da política de Formação Cultural realizada pela Secult-PE, atentando para as experiências diretamente ligadas à instrução direta e repasse de informações para a classe artística em prol de sua participação nos editais Funcultura Independente e Audiovisual.

Na sequência, por meio da análise de documentos públicos e de expediente da Diretoria de Gestão do Funcultura (DGF) atentamos para recortes de diferentes naturezas resultantes da aplicação de recursos do Funcultura para a execução de projetos culturais na Região de Desenvolvimento (RD) da ZMN do Estado de Pernambuco. Avaliando o real nível de sua concentração na região, seja esta geográfica ou mesmo de grupos, bem como a quantidade de recursos captados e sua distribuição.

Reservamos a última parte do texto para a apresentação de considerações alusivas a propostas e práticas, já formatadas ou não, que possam colaborar com a agenda do fomento e financiamento cultural, potencializando a produção regional em prol de um maior diálogo entre seus atores e a gestão estadual, em favor de sua consequente autonomia e profissionalização.

2. FINANCIAMENTO E PRODUÇÃO CULTURAL EM PERNAMBUCO

2.1. Um edital para todos – entre o neoliberalismo e o dirigismo político

Criado por meio da Lei Nº. 12.310, de 19 de dezembro de 2002, o Funcultura faz parte de uma lógica de financiamento cultural direta, ainda que a origem desse recurso se dê como parte da renúncia fiscal relativa à arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Sua formalização representou um redesenho no modelo de financiamento cultural realizado pela gestão estadual, na qual, segundo a antiga legislação do SIC-PE, os recursos utilizados para financiamento de projetos culturais se originavam de empresas privadas que patrocinavam projetos contemplados nos editais públicos, mediante a renúncia fiscal pelo Governo do Estado de Pernambuco. Assim, definida em acordo com a própria modalidade de patrocínio, os projetos culturais beneficiados por esta lei eram realizados com finalidade promocional, publicitária ou de retorno institucional à empresa que aportasse o recurso para sua realização.

O papel de destaque assumido pelo empresariado como agente financeiro ativo nas políticas públicas de cultura até então, segundo Freire (2012), foi parte de uma configuração que equaciona o modelo de gestão vivenciado – francamente influenciado pelo ideário neoliberal – e a incapacidade administrativa dos órgãos gestores de cultura, que, reduzidos em seu tamanho, acabavam por optar em transferir para o mercado muitas de suas atribuições. Nesse panorama, empresas privadas viram na promoção do marketing cultural outro nicho para o desenvolvimento de seus mercados, pois

~esta associação tem objetivos claros e definidos, que podem ser resumidos na perspectiva de se obter maior participação no mercado consumidor, utilizando a cultura como estratégia de comunicação para fortalecimento da imagem das organizações empresariais, seus produtos e serviços~ (FREIRE: 2012, 56).

Para Ana Carla Reis (2006), as diferenças básicas entre o modelo de financiamento com participação da iniciativa privada e o operado exclusivamente pelo Estado, resumem-se em seus públicos, motivações, objetivos, mensuração de

resultados e articulações. Enquanto o primeiro busca o estabelecimento e aprofundamento de uma relação para com o grupo de consumidores, o segundo pensa em termos coletivos, motivado pelo alcance e difusão da arte junto à toda a população.

Na vigência do modelo de financiamento público – travestido de privado –, artistas e produtores possuem dificuldade de interlocução e de captação de recursos com as empresas locais, pois mesmo com a aprovação de projetos em editais e chamadas públicas, muitos não conseguiam ser realizados por não estarem adequados ao perfil dos patrocinadores. Haja visto que para a iniciativa privada, seu compromisso é bastante claro, resumido no esforço pela ampliação de seus lucros, pelo atrelar da identidade corporativa ao projeto cultural financiado, agregando valor a sua marca ou produto. O que se configura é, portanto, uma modalidade explícita de troca regulada pelas leis próprias do mercado, que tomava diferentes segmentos da cultura como meros artífices a serviço do capital industrial, reféns de um modelo de desenvolvimento econômico que enxergava a cultura de maneira utilitária.

No escopo de atuação do Estado, o objetivo e alcance acabam por serem outros, em acordo com diretrizes e políticas públicas estabelecidas. Em outras palavras, busca-se a democratização horizontal do acesso aos produtos e meios para o fazer cultural, além do reforço à diversidade e identidade, seja esta local ou nacional. O olhar sobre a cultura lançado a partir desta perspectiva, a toma como parte de uma proposta de exercício de uma cidadania completa, pela garantia e usufruto de seus direitos culturais e como vetor de um desenvolvimento social.

Entre o Estado e a iniciativa privada ainda destoam os resultados esperados, sendo fundante da ação estatal não o lucro ou qualquer retorno comercial e financeiro, mas a intenção de eliminação das desigualdades no acesso à cultura, distribuição e descentralização de bens, produtos e instituições culturais, bem como, o fortalecimento da economia local, articulando para tanto, setores dos mais diversos, como social, educacional e tecnológico.

No limite desta diferença há de se lembrar a discussão do papel do Estado no universo do financiamento cultural, uma vez que a gestão de fundos especiais institucionalizados apresenta como risco a condução a um verdadeiro impasse sobre a natureza e o tipo produção cultural resultante. Atualmente é comum o

entendimento de que não compete à esfera pública produzir cultura ou mesmo fazer algum juízo de valor sobre movimentos artísticos e estéticos, tão pouco direcionar esta produção e ferir a autonomia, criatividade do artista ou mesmo a diversidade e pluralidade cultural. Afinal, como sugere Baracho e Raddi:

[...] ao Estado cabe atuar como indutor e regulador das iniciativas culturais e não apenas como patrocinador ou executor de projetos de difícil trânsito no marketing cultural mediante a utilização de fundos públicos. A ação do Estado deve abrir espaços à cultura, uma conquista cidadã e um direito de todos (BARACHO & RADDI: 2009, 53).

Assim, como alternativa para a incapacidade posta do Estado tem sido usual a externalização de instâncias de julgamento, fazendo com que este papel se reduza exclusivamente ao financiamento de projetos escolhidos por comitês autônomos, eleitos entre seus pares e representantes da classe artística.

2.2. Breve histórico sobre os editais Funcultura – Independente e Audiovisual

No caso específico de Pernambuco essa política tem se traduzido por meio dos editais do Funcultura Independente que recebe propostas em diferentes linguagens artísticas, a saber: Artesanato, Artes cênicas (Teatro, Dança, Circo e Ópera), Artes integradas, Artes plásticas, gráficas e congêneres, Cultura popular, Fotografia, Formação, Gastronomia, Literatura; Música, Pesquisa cultural, e Patrimônio; além do edital específico para a linguagem do Audiovisual.

Desde a criação do Funcultura tem-se observado o fortalecimento de mecanismos de controle e gestão compartilhada sobre a aplicação destes recursos, realizados de maneira transparente por meio de editais específicos e com a participação ativa da sociedade artística, por meio de espaços privilegiados para debate e decisão, tais como fóruns e reuniões setoriais de cada uma das linguagens beneficiadas no edital.

Esse modelo de gestão compartilhada entre o governo e a classe artística, o Funcultura, é composto por uma Comissão Deliberativa, constituída nos termos do § 1º, do artigo 7º, da Lei nº 12.310, de 2002, e alteração. A Comissão é constituída de

forma tripartite e isonômica, por representantes de órgãos do Governo do Estado, de instituições culturais e de entidades representativas de artistas e produtores culturais, composta por quinze membros efetivos, e igual número de suplentes, designados por meio de ato do Governador do Estado. Desta forma, o fundo público demonstra mais legitimidade e transparência na seleção de projetos, fundamental para a efetivação de sua proposta de democratização do acesso aos recursos em favor de toda a cadeia produtiva da cultura.

Ao longo de sua atividade alterações significativas foram realizadas possibilitando a ampliação de seu alcance e recorte. Neste sentido, vale a pena lembrar a inclusão da área cultural “Artes Integradas” e “Formação e Capacitação” enquanto segmentos passíveis de apresentação de propostas, acrescentados pela Lei 12.629 de 12 de julho de 2004, em atendimento à demanda de produtores interessados em promover interações entre linguagens culturais e difundir seus saberes. A partir de então, projetos que envolvessem o repasse, ressignificação de saberes e também, instruções técnicas em vista da profissionalização, autonomia de grupos culturais pela captação de recursos junto à iniciativa pública e privada puderam ser executados sob os auspícios da gestão pública estadual.

A partir de 2007, o Governo de Pernambuco ampliou a destinação de recursos para o Funcultura, definindo verbas por linguagens e estimulando a difusão e acesso horizontal às ações culturais pelas diversas regiões do Estado. A busca por uma maior distribuição no acesso aos produtos financiados se pode perceber em iniciativas como o estímulo à interiorização pela criação de linhas de ação voltadas à circulação de espetáculos e mostras entre as doze Regiões de Desenvolvimento do Estado – permitindo diálogos e trocas que de outra forma não seriam possíveis.

No caso específico do segmento do audiovisual, os avanços foram ainda maiores com a separação do incentivo por meio da criação de um edital próprio, em exercício desde 2007. Criado após a condução de pesquisas sobre outros editais específicos de linguagens culturais e uma série de reuniões com representantes das entidades ligadas ao setor e a realização do Fórum do Audiovisual da Região Metropolitana do Recife.

Desde sua criação, o edital do Funcultura Audiovisual é lançado anualmente, e hoje se encontra em sua 7ª edição, sendo atualmente tomado como referência

para os demais Estados, como um dos instrumentos mais eficazes para o desenvolvimento dos produtos na área e, conseqüentemente, da cadeia produtiva do audiovisual desenvolvido por um Estado. O Edital do Audiovisual beneficia desde o desenvolvimento de projetos até a distribuição dos produtos culturais, passando por formação, pesquisa e difusão dos produtos, e é um marco da construção da política específica, que se iniciou em 2007, sendo mantida até os dias atuais.

Os dois primeiros editais da linguagem – com desembolso em 2008 e 2009 - foram realizados com recursos do Tesouro Estadual. O Edital Audiovisual foi considerado pela gestão com um período de testes, para formatá-lo, garantindo maiores avanços, isso porque a legislação do Funcultura engessaria a experimentação do novo modelo. Tal medida permitiu a incorporação de avanços, como por exemplo, o julgamento das propostas apresentadas no edital por um grupo de especialistas da área, sendo obrigatório que ao menos 60% desses fossem residentes em outros estados. Houve a determinação de um valor específico para a linguagem e a distribuição desses recursos pelas categorias e subcategorias contidas em cada concurso.

No segundo edital, foi instituída a categoria “Incentivo ao Cineclubismo”, construída em parceria com a Federação Pernambucana de Cineclubismo (Fepec). A iniciativa se tornou modelo para outros editais existentes no país, como os do Espírito Santo, Ceará e Bahia entre outros. A partir da terceira edição, atendendo a uma solicitação da Associação de Produtores e Cineastas de Pernambuco (ABD/APECI), o edital foi reincorporado ao Funcultura, o que foi possível através da publicação de decreto do governador, de Nº 34.474, de 29 de dezembro de 2009, já contendo as especificidades do edital exclusivo.

Mais recentemente, por meio da Lei Nº 15.310 se configurou outro grande avanço para o segmento, pela determinação em lei de uma prática do Governo do Estado que já era corrente desde 2012 – em outras palavras, promover, incentivar e fomentar o audiovisual em Pernambuco com o aporte anual nunca inferior à rubrica de R\$ 11,5 milhões. Essa mesma lei também instituiu a criação do Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco, que contempla integrantes do poder público e representantes da sociedade civil, a garantia definitiva de espaço e voz ativa na condução da política pública para o segmento no Estado.

O processo que levou à condução desse aporte envolveu cineastas, cineclubistas e técnicos do audiovisual, com representação de entidades como a ABD/APECI, Fepec, Associação de Produtores e Cineastas do Norte e Nordeste (APCNN) e as seções de Pernambuco do Sindicato Interestadual dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual (STIC-PE) e da Associação Brasileira de Cinema de Animação (ABCA -PE).

Assim, até o ano de 2013, a política de financiamento do governo do Estado de Pernambuco conseguiu financiar 142,1 milhões em mais de 2070 projetos culturais destinados a diferentes áreas culturais, sendo deste montante 43,1 milhões apenas para o segmento do audiovisual em Pernambuco, conforme pode ser vislumbrado no gráfico abaixo.

Figura 1 – Número de projetos aprovados e recursos disponibilizados nos editais do Funcultura entre 2007 e 2013



Ao longo dos anos, outras mudanças foram implementadas para garantir que cada vez mais produtores e artistas tivessem acesso aos recursos disponibilizados pelo Funcultura e pudessem através dos seus projetos contribuir para o desenvolvimento cultural, social e econômico de Pernambuco.

Nesse panorama, a política de financiamento do Funcultura completou dez anos de funcionamento, sendo que neste período foram investidos mais de R\$ 142,1 milhões de reais em projetos culturais nas diferentes RD's do estado de Pernambuco. Contudo, é preciso dar o devido destaque ao fato que apenas em sua edição de 2013, aproximadamente 83,5% das propostas apresentadas foram formatadas por produtores, grupos e artistas residentes na Região Metropolitana do Recife (RMR). Dessa maneira, pode-se observar uma baixa penetração e aproveitamento deste edital junto a outras regiões do estado, a exceção da RMR, que historicamente concentra aprovação e recursos do edital, não raro pelas mãos dos mesmos proponentes.

Em suas últimas edições têm-se demonstrado necessária a promoção de intervenções mais efetivas em vista do desenvolvimento de instrumentos e ações que esclareçam detalhes do funcionamento do referido edital e possibilitem uma ampliação de seu acesso. Isto para evitar o desvirtuamento de seu propósito, haja vista que ainda se faz comum a exclusão dos segmentos mais carentes da área de cultura pelo não entendimento de detalhes puramente técnicos ou burocráticos, questão que acabava por fazer do edital Funcultura – baluarte da política de cultura do Estado – mais um elemento de exclusão.

Este estudo se propõe a ser mais uma forma de monitoramento sobre as condições do acesso e dificuldades para o fomento e financiamento de atividades culturais na Região da Zona da Mata Norte, ampliando o entendimento sobre o funcionamento dos editais Funcultura e a influência de sua atuação, bem como, do papel cumprido pela política de instrução que lhe é direcionada, seja por parte do governo estadual – por meio de campanhas de instrução sobre as alterações do edital, correntes desde 2009 –, ou mesmo atividades paralelas, desenvolvidas em parceria com coletivos da sociedade artística, como o Pontão de Cultura Canavial.

Como reflexo desse tipo de estudo tem-se a intenção de colaborar com o planejamento de atividades que em longo prazo possibilitem uma redistribuição mais equilibrada de projetos contemplados entre as diferentes RD's do estado, quebrando a predominância da RMR que, sozinha concentra algo em torno de 86% dos produtores em atividade no Estado. Tomando este contexto como referência, este estudo problematiza e analisa o alcance das ações e a participação de produtores

culturais da Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco nos editais Funcultura Independente e Audiovisual, entre os anos de 2010 e 2013.

Para a construção deste estudo situacional tipo descritivo, em um primeiro momento se realizou uma intensa coleta de dados através da leitura e análise crítica de relatórios e levantamentos institucionais da Fundarpe e Regional Norte Nordeste do Ministério da Cultura – RNNE/MinC – relativos a ações de fomento e acesso ao edital Funcultura, bem como de implantação do Programa Cultura Viva em Pernambuco.

Como indicadores indiretos para esse estudo são tomados para avaliação a evolução histórica da participação de produtores culturais da Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco nos editais do Funcultura Independente e Audiovisual entre os anos de 2008 e 2013, consideradas em sua intenção de participação – expressa pela adesão de novos produtores ao CPC – e em sua real contemplação nos referidos editais.

A partir deste recorte, realizamos o entrecruzamento entre o banco de produtores culturais contemplados nas edições dos editais Funcultura e as listagens de projetos aprovados, identificando quantos e quais foram, assim como suas respectivas naturezas, objetivos e montante de recursos financeiros captados – possibilitando um olhar mais amplo sobre a influência da política pública de financiamento na Zona da Mata Norte realizada durante o período em questão.

Outro dado resultante deste entrecruzamento consiste na identificação das linguagens e áreas culturais atendidas pelas ações propostas por grupos e produtores da ZMN contempladas nos editais do Funcultura entre os anos de 2010 e 2013.

2.2. Um novo impulso à produção cultural na Zona da Mata Norte

– O Santa Rosa botou hoje?

– É capitão.

Foram andando.

– Me esqueci de dizer a Adriana para ela trazer umas botinas novas que o Augusto do Oiteiro me deu, para calçar no compadre.

– É capitão.

Agora viam o bueiro do Santa Fé. Um galho de jirirana subia por ele. Flores azuis cobriam-lhe a boca suja.

– E o Santa Fé quando bota, Passarinho?

– Capitão, não bota mais, está de fogo morto.

REGO, José Lins do. Fogo Morto. Companhia das Letras: São Paulo: 1997, p. 257-258.

Criado pela Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004 e nº 82, de 18 de maio de 2005 do Ministério da Cultura, o Programa Cultura Viva completa dez anos de uma trajetória que mostrou-se fundamental para a promoção de iniciativas culturais de grupos e comunidades em todo o país, por meio dele foram lançadas as bases para a promoção de um novo modelo de política pública na área em cultura, que segundo BARROS e ZIVIANI (2011) apresentou como um de seus principais objetivos a garantia de um pleno exercício de cidadania cultural, pela promoção da

“ampliação das bases de acesso, como os meios de fruição, produção e difusão cultural – capazes de aumentar as possibilidades do fazer artístico –, a extensão do financiamento público, o aprimoramento e a reutilização de equipamentos culturais existentes, e conseqüentemente, o alargamento das condições para que os projetos culturais da sociedade, em especial, das comunidades menos favorecidas sejam contemplados” (BARROS & ZIVIANI: 2011, 118).

Dessa maneira, o Cultura Viva apresenta seu potencial transformador, pelo empoderamento e condição de protagonismo oferecidos a grupos e atores que já permeavam o tecido cultural brasileiro, mas que não eram alcançados pelos mecanismos de fomento do estado em seus diferentes níveis. Assim, por meio do programa cultura viva deu-se a condição para a articulação com diferentes iniciativas culturais, proporcionando o reconhecimento e fortalecimento do conjunto de práticas e fazeres realizados, bem como, a possibilidade de sua apreciação e difusão junto à sociedade civil.

Em vista da estadualização deste programa e da superação de barreiras geográficas e burocráticas, desde 2008 por meio do Decreto 6225/07 firmou-se uma

parceria entre o ente federal e estadual, para a promoção do programa nas doze Regiões de Desenvolvimento – RD's – do Estado de Pernambuco.

Assim, desde 15 de janeiro de 2008 o zelo pela manutenção deste programa tem-se dado por sua implementação regionalizada, tutelada pela Fundarpe no acompanhamento e repasse da verba para convênios com 120 pontos de cultura e posteriormente para a criação de Pontões de Cultura. Neste intervalo, a multiplicidade das manifestações culturais e expressões artísticas, a forma como dialogam nos projetos da região, além da quantidade e a sustentabilidade que apresentam, tem chamado a atenção e exigido estudos a este respeito.

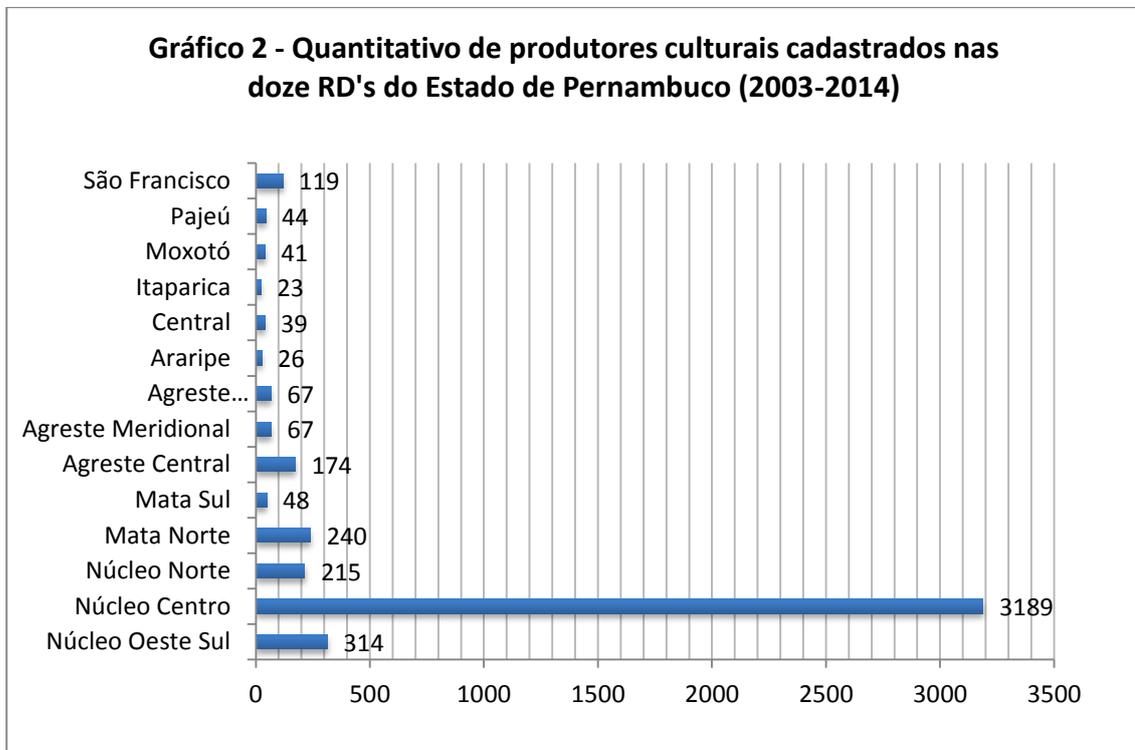
A título de exemplo podemos vislumbrar as atividades realizadas em Nazaré da Mata junto a um engenho chamado Santa Fé, cuja lavoura hoje é outra. Não produz mais cana e açúcar mascavo, doce no seu trago e amargo no fabricar – desde 2008 cultiva projetos culturais em parceria com a Associação Reviva, em um trabalho potencializado pelo Programa Cultura Viva no estado de Pernambuco, em vista da interiorização dos meios para a produção cultural em um claro deslocamento territorial do protagonismo e empreendedorismo cultural.

Definida como uma agência de projetos culturais em prol da integração e sustentabilidade da região, as atividades do pontão originalmente se direcionavam a onze pontos de cultura divididos entre a Zona da Mata Norte e Agreste de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, a saber: Cinema de Animação (Igarassu-PE), Boi da Macuca (Correntes-PE), Ororubá (Pesqueira-PE), Engenhos dos Maracatus (Nazaré da Mata-PE), Poço Comprido (Vicência-PE), Alafhiá e Goiana dos Caboclinhos (Condado-PE), Retretas (Condado-PE), Estrela de Ouro (Aliança-PE) e Coco de Umbigada (Olinda-PE), Encanto dos Corais (Maceió-AL) e Casarão de ofícios (Pendências -RN).

Com a conquista de outras parcerias para além do governo federal o Pontão Canavial pode ampliar, significativamente, o universo de projeção de suas atividades abarcando produtores e artistas não ligados à rede de pontos de cultura, estimulando uma agenda de formação e profissionalização em produção cultural que deu origem ao primeiro curso de Formação em Produção das Culturas Populares, voltando-se também para mestres e artistas da região.

A partir de ações semelhantes tem crescido a olhos vistos o quantitativo de produtores, artistas e coletivos na região, ativos e em diálogo para com o poder público por meio de propostas apresentadas e presenças garantidas nos espaços de co-gestão como fóruns, seminários e afins.

Essa presença também é sentida no tocante à política de financiamento na área da cultura no estado de Pernambuco, onde podemos vislumbrar um panorama idêntico ao que opera em nível nacional, dado que a produção cultural local depende diretamente do lançamento de editais com regularidade anual.



Segundo o Cadastro de Produtores Culturais do Funcultura (CPC), tomando como referência o período de 2003 a 2014, apesar de um crescimento horizontal no quantitativo de produtores cadastrados anualmente em todas as regiões podemos perceber uma concentração significativa destes na região da Zona da Mata, que ao longo de onze anos de funcionamento, acumula a segunda maior quantidade de produtores cadastrados e aptos para pleitear o financiamento do fundo estadual de cultura. Esta concentração precisa ser destacada, mas também salvaguardada em sua respectiva projeção se comparada ao quantitativo da Região Metropolitana do Recife – RMR –, cuja concentração demográfica é bem maior - fruto de processo de

concentração histórico, resultante do maior acesso à informação e condições de participação.

A intensa procura da classe artística pernambucana, seja ela oriunda de quaisquer uma das regiões do Estado, representada pelo interesse expresso no cadastramento para acesso ao fundo, conforme a indicação do gráfico acima, demonstra como, historicamente, os dois editais do Funcultura ainda se constituem como os principais mecanismos de promoção do desenvolvimento da cultura do Estado, uma vez que através deles têm sido fomentadas atividades de grupos e agentes culturais de todo o estado, oferecendo ao mesmo tempo condições para a perpetuação de tradições e para a inovação no cenário artístico pernambucano.

3. A AGENDA DE FOMENTO DO ESTADO: INTERFACES ENTRE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO E FINANCIAMENTO CULTURAL

Para se alcançar o sucesso da iniciativa de financiamento público, deve-se promovê-la em paralelo a uma agenda de formação, atentando para a necessidade de criar outros mecanismos diversificados de fomento, diferentes da política de apoio via leis de incentivo fiscal, adotando para o setor cultural uma série de estratégias que envolva financiamento, legislação, formação e regulação.

3.1. A política de Formação Cultural no Estado: institucionalização e desafios

A Diretoria de Formação Cultural teve seus trabalhos iniciados em 2011, com foco no aprimoramento das políticas e ações formativas da cultura no Estado. Sua criação, corresponde, portanto, à institucionalização desta política pública, pela constituição de um setor específico com esta missão na estrutura organizacional da Secult-PE. Definida em resposta aos questionamentos nas mais diversas conferências municipais e estaduais ou nos fóruns setoriais e regionais de linguagens, realizados com a participação da sociedade civil.

Em acordo com o Decreto, nº 36.325, publicado no Diário Oficial do Estado em 22 de março de 2011, marco legal que aprova e regulamenta a Secretaria de Cultura, foram fixadas como competências da Diretoria de formação: planejar a montagem e a execução das atividades de ensino e aprendizagem; coordenar a execução direta ou contratada de programas de formação e cursos, em nível básico, intermediário e avançado; disseminar as várias práticas culturais do Estado, garantindo, a qualidade das atividades desenvolvidas, além de acompanhar os resultados dos programas aplicados mediante avaliação sistemática. Pois como sugere Cunha (2011):

“para se estruturar um programa completo de formação para o campo da cultura, é preciso investir em capacitação especializada, o que significa considerar toda a cadeia produtiva do setor cultural. Assim, referimo-nos à classe artística que deverá ter um olhar específico, pois torna-se necessário não só investir no seu processo de formação, mas também criar as condições de exibição de sua arte.” (CUNHA: 2011, 96)

Além de assumir esta complexa missão política, traçando as linhas iniciais de um plano de intervenção amplo e democrático, o conjunto de intervenções realizadas pela DFC, desde sua fundação, podem ser expressas nas três diretrizes expressas citadas abaixo:

a) A qualificação da cadeia produtiva das mais diversas linguagens culturais – através de oficinas, cursos técnicos, palestras, mesas redondas e seminários – bem como de diferentes segmentos sociais, sejam estes pertencentes à comunidade artística ou não;

b) A promoção de atividades de formação nos Festivais Pernambuco Nação Cultural (FPNC) e outros eventos da Secretaria em todas as regiões;

c) A articulação de pautas entre agentes do campo da cultura e da educação, sobretudo nas escolas públicas de ensino básico e no ensino superior (cursos de extensão e pós-graduações).

Em reconhecimento a essas diferentes necessidades, dentro do período de nosso estudo, promoveram-se projetos como as ações integradas ao FPNC, que alcançaram por meio de sua proposta democrática e integradora, segmentos das diferentes linguagens artísticas, além dos povos tradicionais e quilombolas; a Feira de Cultura nas Escolas Públicas, focada na reinserção da cultura no trato escolar por meio da pesquisa a grupos locais; além do ciclo de Capacitações Regionalizadas para os editais do Funcultura, o I Curso de Extensão em Elaboração de Projetos Culturais e a Semana de Gestão Cultural – conjunto de ações desenvolvidas para ofertar aos artistas, produtores culturais e gestores públicos condições para participação ativa do processo de concepção de políticas públicas mais orientadas e eficientes, bem como para captação e gestão dos recursos aplicados na área da cultura.

Assim, para operar em um campo multifacetado a Formação Cultural é tomada como um processo educativo em sentido mais amplo que o do ensino meramente formal, sendo compreendida também na dimensão do saber-fazer apreendido por meio da observação, vivência e experiência prática.

3.2. Principais ações realizadas na ZMN entre 2010 e 2013

3.2.1 Festival Pernambuco Nação Cultural

Realizado de maneira itinerante, em paralelo ao ciclo festivo de cidades polos das diferentes RD's do Estado, as atividades do FPNC representam o momento de culminância das diversas ações e políticas culturais conduzidas pelo Estado. Criado em 2008, apenas três anos depois acabou adquirindo um formato descentralizado, que busca levar a cada vez mais cidades das RD's, programações gratuitas de difusão e formação cultural.

Em sua programação é corrente a realização de shows, espetáculos, mostras de todas as linguagens artísticas, encontros de cultura popular e de povos tradicionais, além de oficinas e seminários integram as edições do FPNC, incluindo o Festival de Inverno de Garanhuns e a Festa Viva Gonzagão, em Exu.

No tocante à programação de Formação Cultural são realizados vários tipos de ações, com carga horária média de até 20h/a. As atividades seguem as tipologias comuns: oficinas, workshops, palestras e mesas redondas com temas de relevância como saberes e práticas, cidadania, acessibilidade, inclusão social e digital.

Nestas edições, especificamente, os temas prioritários de atividade foram: acessibilidade, sustentabilidade e empreendedorismo, temáticas prioritárias do festival como um todo. O público alcançado também foi diverso, voltando-se para membros do universo cultural (artesãos, brincantes, mestres populares, produtores, etc.) e da sociedade civil em qualquer faixa etária.

3.2.2. I Curso de Extensão em Elaboração de Projetos Culturais

O curso de Extensão em Elaboração de Projetos Culturais foi um projeto desenvolvido pela articulação entre a Secult-PE/Fundarpe em parceria com a Universidade de Pernambuco (UPE). Teve como finalidade estimular a formação e consolidação de produtores e agentes culturais no intuito de criar condições para fruição de bens culturais, promovendo criatividade e inovação na geração de renda e inclusão, respeitando a diversidade e pluralidades culturais.

Curso de Extensão em Elaboração de Projetos com carga horária de 75h/a sendo, 60h/a presenciais e 15h/a voltadas para a elaboração de um projeto prático. Ação caracterizada como modular, regular, semipresencial e diurno com aulas nos finais de semana e em plataformas EAD. Seu número de vagas foi distribuído em seis turmas em diferentes campus da UPE (duas em Recife, uma em Nazaré da Mata, uma em Caruaru, uma em Salgueiro e uma em Petrolina), totalizando 260 vagas disponibilizadas para a sociedade civil.

A intenção com sua realização era o estímulo a iniciativas que possibilitassem aos participantes o beneficiamento em editais de fomento, tendo em vista a sistematização de projetos que auxiliem no sentido de captar recursos (públicos ou privados), bem como o desenvolvimento de atividades de caráter auto-sustentáveis. Para assim, além da abrir horizontes para formação profissional de empreendedores culturais em diferentes RD's do Estado efetivamente para dinamizar a economia dessas localidades onde se encontram instalados, fazendo com que a valorização e organização das atividades culturais já desenvolvidas fossem alavancadas.

Além da carga horária de 75 h/a, que em média representa uma carga horária cinco vezes maior que as oficinas comumente ofertadas nas edições do FPNC, a matriz do curso deu ênfase a preenchimento de formulários, tomando como referência o modelo do Funcultura, colocando a elaboração de projetos como exercício prático para o ambiente virtual.

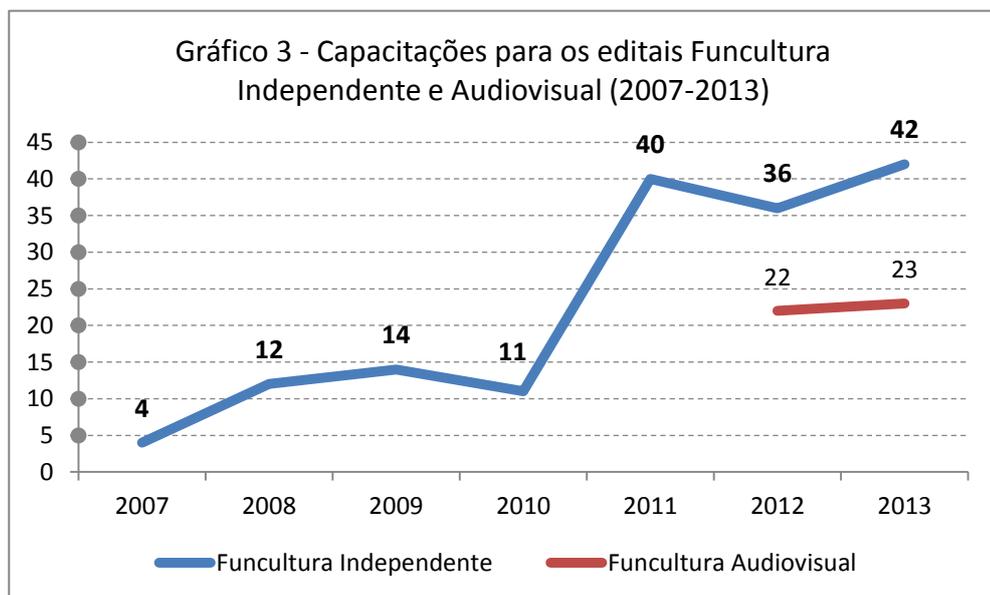
A utilização de uma plataforma Moodle para a viabilização da Educação à Distância no curso foi programada para proporcionar uma maior acessibilidade dos alunos às orientações dos tutores do curso na atividade de Elaboração do Projeto proposta pelo curso. A expectativa era vencer as dificuldades impostas pelas distâncias territoriais, o que implicaria em menor custo para o aluno, autonomia, interatividade, apoio de conteúdos digitais, flexibilidade do horário e local para a aprendizagem individual durante o processo de acompanhamento deste V módulo que correspondeu às 15h/a finais do curso.

A inclusão de uma atividade com estas características consistiu na busca por maior eficácia na formação continuada dos artistas e produtores culturais e, da inserção de uma estrutura de ensino sintonizada com novas tendências na área educacional: a tecnologia a serviço processo de ensino-aprendizagem.

A partir da alegação dos alunos que apresentaram dificuldade de navegabilidade e comunicação na fase a distância do curso, optou-se pela reabertura de uma turma extra para que os alunos aprovados na fase presencial pudessem concluir o curso completo. Ao final foram certificados 57 estudantes com a carga horária de 75h/a (módulos presenciais e a distância) e 142 estudantes com a carga horária de 60h/a (módulos presenciais). Apesar do manifesto interesse demonstrado pela classe artística no processo de divulgação do curso, que chegou a realizar 434 inscrições, percebemos um alto índice de evasão dos alunos que participaram desta atividade.

3.2.3. Ciclos de Capacitação para os editais Funcultura

A mais impactante destas ações refere-se à instrução e orientação direta acerca das características do edital e sobre o processo de elaboração e gestão de projetos culturais, realizadas sistematicamente desde 2009 pela Diretoria de Gestão do Funcultura da Fundarpe (DGF/Fundarpe) e mais recentemente em parceria pela Diretoria de Articulação e Formação Cultural da Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco (DAFC/Secult-PE) e coordenadoria de Audiovisual da Fundarpe, conforme linha de tempo abaixo:



Inicialmente, entre 2007 e 2010 esta ação esteve atrelada ao ciclos festivos, sendo parte integrante da programação de festivais de arte e cultura que aconteciam em paralelo à efemérides locais. Contudo, o envolvimento da classe artística nestas atividades, bem como o distanciamento destas atividades com o calendário de lançamento dos editais, colaboravam para seu esvaziamento.

Como estratégia alternativa para difusão do edital e orientação acerca das normas e procedimentos para acesso por parte de artistas e gestores aos incentivos dos editais Funcultura, desde 2011 esta ação adquiriu outro formato, sendo realizada em articulação com as secretarias de cultura municipais na formalização de parcerias definidas nas contrapartidas da oferta da alimentação, hospedagem aosicineiros e na mobilização de público pelo convite à classe artística local.

Ainda a respeito da formatação da atividade, outra novidade apresentada referiu-se à diminuição de sua carga horária e correspondente inclusão de oficinas específicas, direcionadas aos diferentes segmentos e linguagens artísticas abrangidas pelo edital. Dessa maneira, as capacitações para os editais de 2011-2012, 2012-2013 e 2013-2014, contaram respectivamente com seis, dez e doze oficinas realizadas por artistas e produtores locais com larga experiência na área de captação e gestão de projetos culturais.

Ainda assim, tomando como referência para análise apenas a edição de 2013 do edital Funcultura Independente, podemos perceber que o universo total de 1.664 projetos inscritos representa um aumento de 21,27% em relação à edição anterior, que contou com 1.310 proposições. Contudo, este aumento não se traduz horizontalmente na promoção de um maior acesso a este fundo, uma vez que ainda se mantém o grande percentual de projetos eliminados em uma primeira triagem que é meramente documental e sequer discute o mérito, importância e impacto dos referidos projetos.

Dessa maneira, percebe-se que estas ações de instrução têm tido um impacto junto à classe artística do Estado, visivelmente projetado no aumento do cadastramento de novos produtores, pela difusão do conhecimento desta modalidade de financiamento artístico e cultural. Contudo, nem sempre a intenção expressa pelo cadastramento se corporifica em real possibilidade de acesso, seja pelo descompasso entre o calendário da atividade do programa – que já nos levou

em alguns casos a capacitar novos produtores que não poderiam submeter projetos no referido ano, dado os prazos e condições para cadastramento no CPC e submissão de propostas para o edital do mesmo ano –, seja pela falta de uma formação mais intensiva que possibilite estimular o *metier* da produção cultural em artistas e coletivos, ainda não afeitos a este tipo de prática.

3.2.4. Atividades de formação cultural financiadas pelo Funcultura

Para além das atividades de caráter formativo idealizadas pela Secult-PE/Fundarpe há de se frisar que por meio do próprio financiamento oriundo do edital Funcultura – a partir das linhas de financiamento voltadas para projetos de formação, dedicadas a cada uma das linguagens abrangidas pelo edital – também foram realizadas na ZMN no período de referência atividades de aperfeiçoamento técnico, educação patrimonial, oficinas de iniciação a linguagens artísticas, um curso para transmissão de saberes tradicionais, além de cursos dedicados à elaboração e gestão de projetos culturais – em todos os casos, focados na instrução para acesso ao Funcultura.

Dos quinze projetos aprovados na área, cinco se concentravam em torno de cursos de elaboração e gestão de projetos culturais nas áreas e linguagens da cultura popular, patrimônio, artesanato e música. Todos tendo como local de execução a cidade de Goiana, que não por acaso apresenta também a maior quantidade de projetos para captação de recursos aprovados, entre as cidades da região.

4. AVALIAÇÃO DO ALCANCE DO FUNDO ESTADUAL DE CULTURA NA ZMN

4.1. Para todos um edital – caracterização e acesso ao Funcultura na ZMN

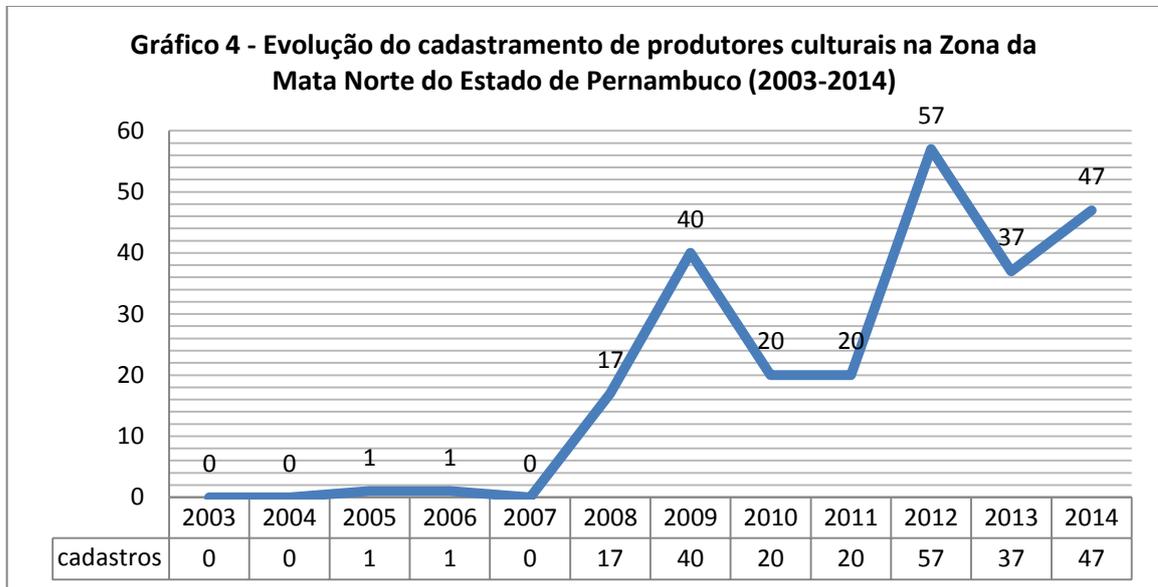
4.1.1. Evolução do quadro de produtores culturais na ZMN

Um dos principais mecanismos de controle e acompanhamento da Secretaria Executiva do Funcultura, corresponde ao Cadastro de Produtores Culturais (CPC), criado pela Lei nº 12.310/02 , em substituição ao Cadastro de Empreendedores Culturais (CEC), criado pela Lei nº 11.914, de 28 de dezembro de 2000. De acordo com o disposto no inciso I, do artigo 4º, da Lei nº 12.310 e conforme estabelecido no Art. 9º do Decreto nº 25.343/03, definiu-se como Produtor Cultural a pessoa física ou jurídica, domiciliada no Estado de Pernambuco há, pelo menos, 01 (um) ano, com inscrição devidamente homologada no CPC, responsável, nos termos da lei e portanto apta para captação de recursos para financiamento de projetos culturais apresentados ao SIC-PE.

Para tanto, o interessado deve guiar-se à Fundarpe de posse dos documentos de identificação que concerne à pessoa física ou jurídica, além de cópias de dois comprovantes de residência (um do mês atual e outro de, pelo menos, um ano atrás), currículo na área cultural e suas devidas comprovações curriculares, bem como as certidões de Regularidade Fiscal perante a Secretaria da Fazenda Estadual (SEFAZ-PE) e de Regularidade de Prestação de Contas de projetos culturais junto à Controladoria Geral do Estado (CGE).

Ao analisarmos a evolução do processo de cadastramento de novos produtores culturais na ZMN, desde o lançamento do primeiro edital Funcultura, percebemos uma curva de crescimento entre os anos que seguem a partir de dois mil e oito, o que deu-se a partir da inclusão de oficinas institucionais sobre o processo de cadastramento, elaboração de projetos e inscrição no edital – realizadas com a mediação de membros da Fundarpe nas principais cidades das RD's do Estado, em acompanhamento ao conjunto de festividades que faziam parte do circuito festivo do frio. Para além da instrução direta, o objetivo desta ação se fazia mais amplo, também perpassando a divulgação desse financiamento público,

que na época apesar de estar em exercício a um período de cinco anos, ainda se fazia completamente desconhecido para boa parte do tecido cultural pernambucano.



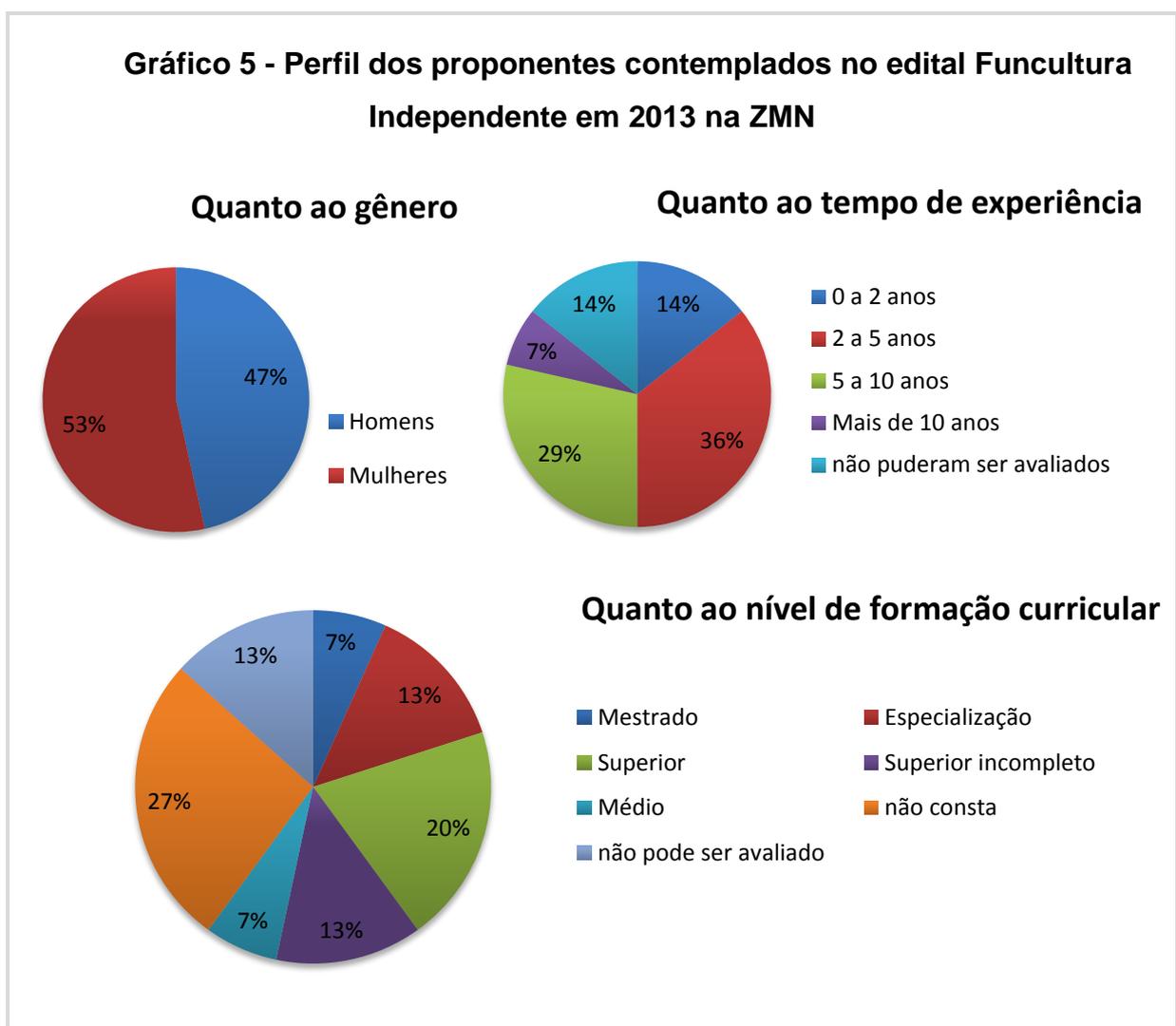
Para além desta primeira curva, há de se notar um crescimento ainda mais significativo, a partir do ano de dois mil e onze – data de início dos ciclos de capacitação regionalizada para o edital Funcultura. Neste mesmo período outra inovação que muito favoreceu o acesso e cadastramento de produtores de regiões mais distantes da RMR, diz respeito à possibilidade de emissão das certidões exigidas para o cadastramento por meio de sítio eletrônico, com validade determinada por certificação digital.

A necessidade de remeter documentações e outros trâmites pessoalmente à sede da Fundarpe, localizada a Rua da Aurora, 463/469 no Bairro da Boa vista no Recife-PE, foi e ainda é um obstáculo ao aprofundamento das relações para com a sociedade artística das diferentes RD's. Muitas vezes esta ponte tem sido promovida, ainda de maneira bastante precária, por gestores municipais ligados à pasta da cultura, que em suas vindas para a capital, trazem consigo malotes de documentações das mais diversos, tendo não raro, pedidos de cadastramento, renovação no CPC outros documentos afins.

O perfil do produtor cultural, que muitas vezes encontra-se ligado com vínculo formal de trabalho também a outras atividades, dificulta seu deslocamento e auto-

representação na condução da burocracia que concerne à execução de seus projetos culturais. Assim, apesar da relativa proximidade entre a ZMN e a RMR a distância pesa em seu deslocamento, bem como nas condições para acesso a produtos e meios amplamente fartos no entorno do Recife.

Em favor de uma maior caracterização do produtor cultural em atividade na região, optamos por um olhar mais profundo sobre os proponentes dos projetos aprovados no edital Funcultura Independente no ano de 2013, destacando, a partir da avaliação de seus currículos, perfis representados nos gráficos abaixo:



O equilíbrio observado no tocante a questão de gênero não se manifesta em relação ao período de atividade relacionada a qualquer manifestação artística ou de gestão cultural observada em seus currículos. A falta de oferta regular de cursos de

formação voltado as diferentes linguagens artísticas marca suas trajetórias individuais, haja visto que entre os produtores analisados que possuem nível superior sua larga maioria é formada por profissionais que atuam fora de sua área de formação. Entre estes, a incidência de pessoas formadas em licenciaturas merece destaque, sobretudo pela atuação da Universidade de Pernambuco (UPE) na cidade de Nazaré da Mata, a primeira instituição de ensino superior na região e durante anos a única, cuja oferta se limitava a cursos de formação de docentes.

4.1.2. Distribuição na região e concentração de recursos

Quando analisamos geograficamente a distribuição e acesso ao edital Funcutura, entre os dezenove municípios que perfazem a Zona da Mata Norte, percebemos alguns dados interessantes:

Tabela 1 – Distribuição dos recursos captados em projetos do Funcutura (2010-2013) na ZMN

Cidade	Quant. de Produtores	Projetos aprovados	Quanto aos recursos captados		
			Audiovisual	Independente	Totais
Carpina	21	3	27.287,40	49.518	76.805,00
Condado	12	3	0,00	242.782,80	242.782,80
Goiana	61	27	283.786,78	1.452.639,23	1.736.426,01
Itambé	1	1	19.954,75	0,00	19.954,75
Lagoa do Carro	15	2	0,00	69.594,00	69.594,00
Nazaré da Mata	24	8	0,00	545.927,40	545.927,40
Tracunhaém	17	3	0,00	403.577,40	403.577,40
Vlência	40	10	0,00	708.416,30	708.416,30
Totais		57	331.028,93 (0,89%)	2.764.039 (4,2%)	3.803.484,06 (3,6%)

Apenas sete dos municípios dessa Região de Desenvolvimento conseguiram capitanear os recursos, equivalentes a aproximadamente 3,6% dos recursos investidos a partir dos editais Funcutura no triênio em questão. Quando analisamos mais especificamente esta distribuição percebemos que apesar da existência de projetos extremamente marcantes, dada sua visibilidade e proposta integradora e estruturante, financiados pelo edital do Audiovisual, a exemplo da Mostra Canavial, o

segmento do audiovisual ainda encontra-se em processo de desenvolvimento na região, sendo um núcleo produtor, mas ainda bastante secundário.

O recorte das linhas de projetos financiados pelo audiovisual neste triênio reforça este pensamento, uma vez que dos nove projetos aprovados, quatro eram voltados às práticas de cineclube, um dedicado a um curso introdutório ao segmento, enquanto outros dois propunham a realização de mostras – todas, atividades de caráter introdutório e que pretende difundir a linguagem artística e fazer fruir as produções locais e regionais. Apenas outros dois projetos faziam parte de produções de obras de audiovisual.

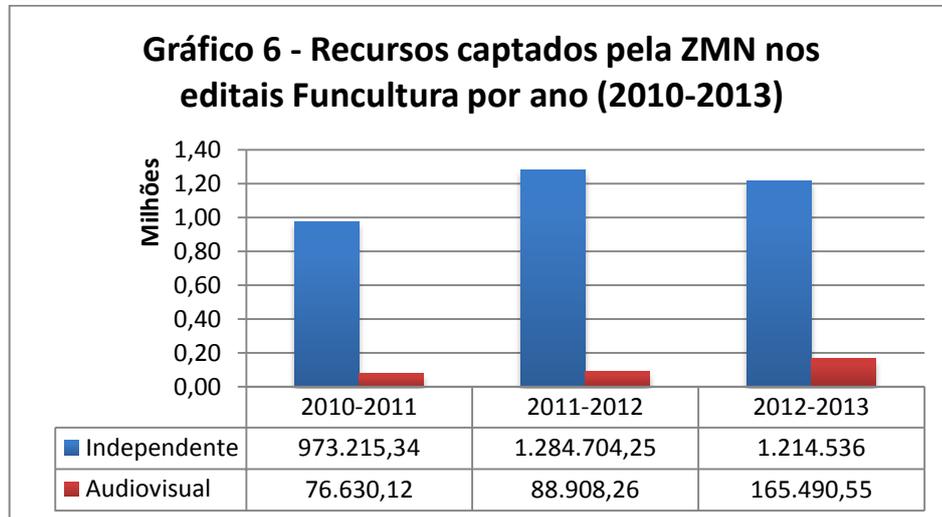
Esse dado se mostra extremamente revelador pela confirmação da existência de uma concentração geográfica destes recursos em torno de cidades que funcionam na região como polos culturais – a exemplo da cidade de Nazaré, Vicência e Goiana e suas produções ligadas sobretudo à cultura popular, pesquisa e música.

É preciso frisar que o universo de produtores cadastrados na ZMN encontra-se maciçamente nestas oito cidades, enquanto as onze demais perfazem apenas a rubrica de quarenta e nove inscritos, ou seja, 20,4% dos produtores culturais ativos na região. É claro que a questão é mais complexa e apenas com um estudo mais denso – trabalhado por exemplo com o mapeamento de todas as inscrições realizadas neste intervalo, estabelecendo um recorte que permitisse a identificação dos proponentes inscritos – poderia-se mensurar com maior propriedade o percentual de aproveitamento dentre os produtores da RD ao longo destes anos.

Contudo, podemos seguramente indicar que esta amostra nunca teve acesso a nenhum recurso implementado pelo governo do Estado de Pernambuco por meio do Funcultura em suas dez edições até então. Além do fato que esse estudo se baseia em indicadores e levantamentos relativos aos produtores ativos no CPC, deixando de lado uma massa anônima que faz parte do tecido cultural e que ainda não conseguiu ser atingido pela política de fomento no Estado de Pernambuco.

Vistos em séries de anos, consegue-se vislumbrar uma tendência que parece projetar-se de maneira proporcional à quantidade de recurso disponibilizado anualmente, isto no caso do edital do Funcutura independente, o que não acontece

no Audiovisual, dada a esparsa e ainda irregular produção do segmento na ZMN, como pode ser observado pelo gráfico abaixo:



Ainda em termos de análise acerca da concentração dos recursos, quando atentos à recorrência na contemplação de produtores, observamos que 48,1% do recurso foi captado por apenas nove produtores culturais para serem aplicados em trinta e dois projetos culturais – o que perfaz quase metade dos recursos e mais da metade do quantitativo de projetos aprovados.

4.1.3. Recorte por linguagens e áreas culturais

Dentre os cinquenta e sete projetos aprovados na região, encontramos uma variedade que os distribui entre dezesseis diferentes linhas de ação ligadas a segmentos culturais específicos. A maior quantidade de projetos aprovados diz respeito a atividades na área da cultura popular, mantendo a tendência esperada para a região, dada a quantidade de grupos de maracatu, reizado e caboclinho na região. Sendo seguido de perto por atividades em Formação Cultural e por fim música, como pode ser visualizado na tabela abaixo:

Tabela 2 - síntese dos projetos captados pela ZMN nos editais Funcultura (2010-2013)

Edital	Ano	Quant.	Cidades alcançadas	Linguagens	Valor (R\$)
--------	-----	--------	--------------------	------------	-------------

Independente	2010-2011	13	Condado (2), Goiana (7), Nazaré da Mata (7), Tracunhaém (1), Vicência (1)	Cultura Popular (4), Formação - artesanato (1), Formação - música (1), Literatura (1), Música (5), Patrimônio (1)	973.215,34
	2011-2012	20	Condado (1), Goiana (11), Nazaré da Mata (3), Tracunhaém (1), Vicência (5)	Artes integradas (1), Artesanato (1), Cultura Popular (6), Formação - Artesanato (1), Formação - Cultura Popular (2), Formação - Dança (1), Formação - música (1), Patrimônio (2), Música (5)	1.284.704,25
	2012-2013	15	Carpina (1), Goiana (4), Lagoa do Carro (2), Nazaré da Mata (3), Tracunhaém (1), Vicência (1).	Artes integradas (1), Artesanato (1), Cultura Popular (2), Formação - artesanato (1), Formação - cultura popular (1), Formação - Gastronomia (1), Formação - Patrimônio (3), Literatura (2), Música (1), Patrimônio (1), Pesquisa cultural - cultura popular e povos tradicionais (1)	1.214.535,54
Audiovisual	2010-2011	2	Goiana (2)	Audiovisual (mostra e manutenção de cineclube).	76.630,12
	2011-2012	3	Goiana (2), Carpina (1)	Formação - audiovisual (1), Desenvolvimento de cineclube (2)	88.908,26
	2012-2013	4	Goiana (2), Itambé (1), Carpina (1)	Audiovisual (curta, mostra e desenvolvimento de cineclube)	165.490,55
Totais	3 anos	57 projetos	Oito cidades alcançadas diretamente	16 linhas de ações em segmentos ou áreas culturais diversas	3.803.484,06

A grande quantidade de ações de Formação cultural na região merece destaque por seu direcionamento a diferentes linguagens artísticas – e como já discutido anteriormente, também à instrução direta para acesso ao Funcultura – e pelas condições criadas para o repasse, transmissão, ressignificação e manutenção de saberes, tradicionais ou não. Estas atividades podem ser incluídas dentro uma categoria de projetos estruturantes, que não abordam apenas a expressão artística ou cultural, mas que apresentam resultados óbvios na manutenção e ampliação destes fazeres.

O formato em que foi construído o edital Funcultura permite uma paridade na concorrência entre as linguagens artísticas e, portanto, uma melhor distribuição de seus recursos, definidos anteriormente em cada uma de suas linhas de ação amplamente debatidas junto à classe artística. Como resultado esperado observou-se que o recurso aportado fortalece o exercício à diversidade entre as diferentes

formas de expressão artísticas e fazeres culturais – não as concentrando apenas em linguagens culturais e espetáculos, situação tão comum em meio ao financiamento com participação da iniciativa privada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção do financiamento cultural deve ser complementada por atividades transversais que garantam ao mesmo tempo para produtores, artistas e gestores o acesso a recursos financeiros, condições para a operacionalização, capacitação e manutenção do diálogo para com o poder público. Algumas iniciativas dessa natureza são elencadas abaixo e se apresentam, algumas como propostas e outras como práticas de fomento, atreladas ao desenvolvimento do sistema cultural pela potencialização de seu mercado e incremento do acesso ao financiamento do Funcultura.

Recentemente, no ano de dois mil e catorze, foi implantada a Incubadora Pernambuco Criativo, uma parceria da Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura (SEC/MinC) com a Fundarpe/Secult-PE e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Esta foi a primeira incubadora da rede Brasil Criativo a ser instalada dentro de uma universidade, reforçando a importância da união entre o mundo do empreendedorismo cultural com o mundo acadêmico, da pesquisa e da inovação.

O projeto de redes incubadoras do Brasil Criativo, pode ser definido como centros de incentivo a inovação, empreendedorismo, formação, fomento e promoção de empreendimentos do campo da economia criativa. São espaços de convívio e interação entre diferentes setores, para interface entre empreendedores com uma articulação que reúne governos, bancos, universidades, Sistema S e sociedade civil, promovendo o compartilhamento de experiências e fortalecimento de redes e coletivos.

Nesses espaços, os agentes culturais têm acesso a cursos e consultorias, planejamento estratégico, assessoria contábil, jurídica e de comunicação, marketing, elaboração de projetos e captação de recursos, e acompanhamento contínuo. Também sediam balcões de crédito, formalização, formação técnica e assessoria jurídica e uma área compartilhada permanente de trabalho colaborativo.

O atendimento personalizado a cada produtor cultural, permite que as atividades desenvolvidas promovam em diálogo com as potencialidades e vocações culturais de cada região. Contudo, a abrangência deste projeto encontra-se ainda

limitada apenas à RMR.

Em vista de regionalização das condições de acesso aos meios para a produção artística e cultural, deve-se buscar a replicação deste programa de maneira a possibilitar sua disposição espacial, se não em cada uma das RD's, ao menos em cada uma das quatro macrorregiões do Estado – a saber: RMR, Zona da Mata, Agreste e Sertão.

A implantação destas bases macroregionais para atendimento à classe artística poderia ser um reforço na condução da política de co-gestão, pelo funcionamento perene de instâncias de diálogo e colaboração para com a classe artística, servindo para repasse de informações, instruções e favorecimento na tramitação de documentos.

Ainda em prol da regionalização do acesso ao financiamento público, existe a perspectiva de que em breve seja lançado pela Secult-PE/Fundarpe um terceiro edital do Funcultura, intitulado “regionalizado”. Este lançamento será uma expectativa enorme de diversos setores culturais de Pernambuco, e será formatado em edital diferenciado a partir de uma ficha de inscrição, didática e autoexplicativa. Segundo o grupo de trabalho encarregado, o edital também será dotado de aproximadamente três milhões de reais em sua primeira edição, destinados a 15 linguagens (teatro, dança, circo, música, gastronomia, literatura, design, moda, artes plásticas, patrimônio, cultura popular, povos tradicionais, artesanato, fotografia e audiovisual) e segmentos culturais nas áreas de difusão, pesquisa e formação para todas as 12 Regiões de Desenvolvimento do Estado.

Por fim, seguindo o pensamento de Durand (2009), admitimos como necessária a aproximação entre a condução de políticas públicas voltadas para o financiamento cultural e o campo da economia da cultura, sobretudo em suas interfaces com outras disciplinas como a sociologia econômica, que aponta o necessário entendimento do mercado não como uma categoria “mágica”, essencialmente “opressiva” ou “emancipadora” – a depender do seu turno e do lugar de quem o observa. Segundo Steiner essa visão simplista precisa ser superada, pois:

“é preciso mostrar como cada mercado de bens e serviços é socialmente construído e indicar quem são os interessados em fazê-lo passar por uma manifestação da natureza e quais estratégias políticas e simbólicas eles empregam para se impor (STEINER Apud: DURAND, 2009).

Somente quando o mercado cultural for pensado como uma construção social e dotado de um comportamento sistêmico é que políticas de fomento e financiamento poderão permitir alterações estruturantes que possibilitem a autonomia e profissionalização de grupos e atores culturais. O investimento na formação continuada por meio de iniciativas formais de educação, como cursos de extensão, técnicos, de graduação e pós graduação podem servir como alavanca para a alteração da triste realidade do mercado cultural que impossibilita artistas dos mais diversos dedicarem-se única e exclusivamente às suas atividades culturais.

Como reflexo da promoção da cultura em meio período, podemos observar o abandono de práticas e a extinção de saberes dos mais diversos, além do desestímulo ao entendimento e reconhecimento de expressões artísticas como opções profissionais. Enquanto o mercado cultural estiver dividido entre o patrocínio privado e a simples tutela do estado, a iniciativa cultural e o empreendedorismo não serão buscados como alternativas – seja pela falta de *know how*, recursos ou interesse.

Atualmente se mapearmos o perfil de oferta de cursos existentes no estado de Pernambuco dedicados às diferentes linguagens artísticas, gestão e produção cultural, identificaremos uma concentração destes na RMR, sendo ofertados no mais das vezes com um perfil pouco adequado às reais necessidades da classe. Diante da corrente demanda de cursos dos mais variados níveis para a formação e profissionalização de artistas, gestores em prol da implementação do Sistema Nacional de Cultura no Estado de Pernambuco, tem proliferado cursos de longa e média duração afeitos apenas às temáticas da produção cultural e elaboração de projetos.

A caminhada pela profissionalização e autonomização das classes artísticas, perpassa pelo reconhecimento de suas atividades profissionais e pela criação de meios para sua formação. Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações do

Ministério do Trabalho e Emprego (CBO, MTE) o produtor cultural (26121-05) ainda é visto como:

Empresário de espetáculo, tecnólogo em produção cultural

Implementa projetos de produção de espetáculos artísticos e culturais (teatro, dança, ópera, exposições e outros), audiovisuais (cinema, vídeo, televisão, rádio e produção musical) e multimídia. Para tanto criam propostas, realizam a pré-produção e finalização dos projetos, gerindo os recursos financeiros disponíveis para o mesmo.

A promoção do simples acesso ao financiamento para a realização de suas atividades e intervenções artísticas não garante o sucesso desta abordagem, haja visto que o burocrático processo de prestação de contas, acaba por vezes inviabilizando o acesso do artista ou coletivo a este e a outros tipos de financiamento. Em vista da promoção horizontal ao acesso ao Fundo de Cultura Estadual deve-se primeiro vencer as amarras que ainda são subjacentes a classe artística, como um todo – respeitando-as os limites de suas diferenças e criando verdadeiras condições para que qualquer artista, independente de sua condição social tenha condição para seu acesso aos recursos do Fundo.

REFERÊNCIAS

- BARROS, J. M. & ZIVIANI, Paula. **O programa cultura viva e a diversidade cultural**. In: BARBOSA, Frederico & CALABRE, Lia (org.). Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília: Ipea, 2011
- CUNHA, Maria Helena. **Formação do profissional de cultura: desafios e perspectivas**. Políticas Culturais em Revista, 1 (4), p. 95-105, 2011. Disponível em: < <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/viewArticle/5314>>. Acessado às 01h19min em 13 de novembro de 2014.
- DURAND, José Carlos. **Política cultural e economia da cultura**. São Paulo: SESC, 2013. 178p.
- DURAND, G. **Sugestões para o cultivo e a difusão da economia da cultura no Brasil**. In: CRIBARI, Isabela (org.). Economia da cultura. Recife: Massangana, 2009. p. 49-65.
- FREIRE, Alberto. **O Financiamento como recurso fundamental das políticas culturais**. In: RUBIM, Antônio Canelas & ROCHA, Renata (org.). **Políticas Culturais**. Salvador: EDFUBA, 2012.
- MIGUEZ, Paulo. **A Economia da Cultura**. Jornal Letras, nº 45, jan. 2011. Disponível em: <http://issuu.com/cafecomletras/docs/letras45_final_bx/6> Acesso em: 24 set. 2014.
- MIGUEZ, Paulo. **Cultura e desenvolvimento**. Políticas Culturais em Revista, Salvador, v.2, n.1, 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3726>>. Acessado às 01h19min em 13 de novembro de 2014.
- MIGUEZ, Paulo. **Algumas notas sobre economia da cultura**. In: COSTA, Frederico Lustosa (Org.). Política e gestão cultural: perspectivas Brasil e França. Salvador: EDUFBA, 2013, p.145-157.
- RUBIM, A. A. C. **Políticas Culturais do Governo Lula/Gil: Desafios e enfrentamentos**. In: RUBIM, A.A.C. e Bayardo. R. (orgs.) Políticas Culturais na Ibero-America. 2. Ed. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

RUBIM, A. A. C. **O financiamento como recurso fundamental das políticas públicas.** In: RUBIM, A. A. C. & ROCHA, Renata (org.). Políticas Culturais. Salvador: EDUFBA, 2012. pp. 49-65.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. **Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento.** Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

REIS, Ana Carla Fonseca. **O financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado.** São Paulo: Thompson, 2006.

Sítios eletrônicos:

Lei 11.005 de 20 de dezembro de 1993 – cria o Sistema de incentivo à cultura. Acessado em às 18h38min do dia 31/10/2014 <<<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=11005&complemento=0&ano=1993&tipo=&url=>>> às 18h38min do dia 31/10/2014

Lei 11.914 de 28 de dezembro de 2000 – altera o Sistema de Incentivo à Cultura. Acessado em às 18h38min do dia 31/10/2014 <<<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=11914&complemento=0&ano=2000&tipo=&url=>>> às 18h38min do dia 31/10/2014

Lei 12.310 de 19 de dezembro de 2002 – consolida e altera o Sistema de Incentivo à Cultura e dá outras providências. Acessado em às 18h38min do dia 31/10/2014 <<<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=12310&complemento=0&ano=2002&tipo=&url=>>> às 18h38min do dia 31/10/2014

Lei 15.307, de 4 de Junho de 2014 - Disciplina a promoção, o fomento e o incentivo ao audiovisual no âmbito do Estado de Pernambuco e cria o Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco. Acessado em às 18h38min do dia 31/10/2014 <<<http://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/Lei-15.07-de-4-de-junho-de-2014-audiovisual-PE.pdf>>>

APÊNDICE A – CADASTRAMENTO DE PRODUTORES CULTURAIS NAS DOZE REGIÕES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Macrorregião	RD	Cidades	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total / RD	Total / MR
Metropolitana	Núcleo Oeste Sul	Cabo do Sto. Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, São Lourenço da Mata	27	6	3	3	12	39	45	22	39	31	62	25	314	3718
	Núcleo Centro	Camaraçibe, Fernando de Noronha, Olinda e Recife	251	72	51	48	114	543	391	237	250	379	442	411	3189	
	Núcleo Norte	Abreu e Lima, Araçoiaba, Igarassu, Itamaracá, Itapissuma e Paulista	10	3	1	2	2	29	35	16	20	31	33	33	215	
Zona da Mata	Mata Norte	Aliança, Buenos Aires, Camutanga, Carpina, Chã de Alegria, Condado, Ferreiros, Glória do Goitá, Goiana, Itambé, Itaquitanga, Lagoa do Carro, Lagoa do Itaenga, Macaparana, Nazaré da Mata, Paudalho, Timbaúba, Tracunhaém e Vicência	0	0	1	1	0	17	40	20	20	57	37	47	240	288
	Mata Sul	Água Preta, Amaraji, Barreiros, Belém de Maria, Catende, Chã Grande, Cortês, Escada, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Maraiial, palmares, Pombos, Primavera, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Sirinhaém, tamandaré, Vitória de Santo Antão e Xexéu.	1	1	0	0	4	4	10	1	3	6	13	5	48	

Agreste	Agreste Central	Agrestina, Alagoinha, Altinho, Barra de Guabiraba, Belo Jardim, Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Camocim de São Félix, Caruaru, Cupira, Gravatá Ibirajuba, Jataúba, Lagoa dos Gatos, Panelas, Pesqueira, Poção, Riacho das Almas, Sairé, Sanharé, São Bento do Uma, São Caetano, São Joaquim do Monte, Tacaimbó.	11	3	2	0	6	15	34	13	8	29	23	30	174	308
	Agreste Meridional	Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Brejão, Buíque, Caetés, Calçado, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Itaíba, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paranatama, Pedra, Saloá, São João, Terezinha, Tupanatinga e Venturosa.	1	0	0	0	2	4	3	5	7	11	26	8	67	
	Agreste Setentrional	Bom Jardim, Casinhas, Cumaru, Feira Nova, Frei Miguelinho, João Alfredo, Limoeiro, Machados, Orobó, Passira, Salgadinho, Sta. Cruz do Capibaribe, Sta. Maria do Cambucá, São Vicente Férrer, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertente do Lério e Vertentes	1	0	0	0	0	23	8	7	6	6	11	5	67	
Sertão	Araripe	Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena, Trindade	0	0	0	0	1	0	0	1	1	11	5	7	26	292

Central	Cedro, Mirandiba, Parnamirim, Salgueiro, São José do Belmonte, Serrita, Terra Nova e Verdejante	2	0	0	0	0	1	4	4	2	11	6	9	39	
Itaparica	Belém de S. Francisco, Camaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia e Tacaratu	0	0	0	0	0	0	1	1	4	2	0	15	23	
Moxotó	Arcoverde, Betânia, Custódia, Ibimirim, Inajá, Manari e Sertânia	0	0	0	1	1	8	6	8	4	2	7	4	41	
Pajeú	Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Igaraci, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, Sta. Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo e Tuparatema	1	1	0	1	1	1	6	2	2	5	14	10	44	
São Francisco	Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista	1	0	1	0	1	6	3	21	10	16	26	34	119	
Totais	12 RD's 187 cidades	306	86	59	56	144	690	586	358	376	597	705	643	4606	4606

APÊNDICE B - LISTAGEM DE PROJETOS APROVADOS PELO FUNCULTURA INDEPENDENTE EM 2010-2013

N.	Nome	CPC	Título / n. do projeto	Descrição sucinta do projeto	Cidade	Linguagem / área	Valor (R\$)	Ano
1	Philippe Wollney Correia dos Santos	2148/10	Movimento Silêncio Interrompido - Goiana Revisitada	Publicação de livros de poesia com, no mínimo, 500 exemplares.	Goiana	Literatura	30.807,00	2010-2011
2	Wanessa Kariny Gonçalves dos Santos	2113/10	Da Zona da Mata ao Sertão – Ticuqueiros e Matingueiros	Itinerância estadual, com pelo menos 04(quatro) apresentações musicais, abrangendo, no mínimo, 03(três) macroregiões ou 2(duas) macroregiões eo território de Fernando de Noronha	Nazaré da Mata	Música	79.424,00	2010-2011
3	Wanessa Kariny Gonçalves dos Santos	2113/10	Reedição Trilogia da Zona da Mata – Volume 01 – Maracatu Estrela de Ouro: A Saga de uma Tradição	Reedição e distribuição de livros, cartilhas, CD's, DVD's.	Nazaré da Mata	Cultura Popular e Tradicional	48.856,50	2010-2011
4	José Francisco Irineu Marcolino	1591/09	CD Nosso coco de criança (CD Infantil do coco catolé)	Gravação, mixagem, masterização e prensagem de CD, com tiragem mínima de 1.000 (mil) cópias e evento de lançamento.	Goiana	Música	79.700,40	2010-2011
5	José Francisco Irineu Marcolino	1591/09	Memória: Nas ondas das mídias livres	Programação de atividades em espaços destinados à preservação da memória do lugar ou da Comunidade por um período mínimo de 6 (seis) meses e máximo 1 (um) ano.	Goiana	Patrimônio	99.866,00	2010-2011

6	José Francisco Irineu Marcolino	1591/09	Curso de elaboração e gestão de projetos musicais da Zona da Mata	Cursos de elaboração e gestão de projetos culturais para produtores, artistas e técnicos desta área, com carga horária mínima de 120 horas	Goiana	Formação e Capacitação – Música	48.256,50	2010-2011
7	Sociedade Musical Curica	1575/09	Goiana Expo-Music – Ano III	Festivais com programação estadual e/ou nacional	Goiana	Música	99.997,04	2010-2011
8	Sociedade Musical Curica	1575/09	Manutenção da Banda Musical Curica	Manutenção por um (1) ano, das atividades de bandas de música (associações musicais, associações comerciais, bandas beneficentes, bandas filarmônicas, bandas juvenis, bandas sinfônica, grêmios musicais, sociedades musicais, sociedades culturais, sociedades comerciais) com históricos de atividades comprovadas à pelo menos, 1 (um) ano	Goiana	Música	94.808,80	2010-2011
9	Elaine Teixeira de Lima	1442/09	Coletivo do Barro – De Cupiçura a Goiana	Cursos de aperfeiçoamento técnico e artístico para profissionais desta área, com carga horária mínima de 120 horas.	Goiana	Formação e Capacitação – Artesanato	49.927,50	2010-2011

10	José Iromar Vieira	1441/09	Celebração da Consciência Negra 2011	Festivais e Mostras com programação Estadual e/ou Nacional	Vicência	Cultura Popular e Tradicional	99.964,80	2010-2011
11	Gilson Xavier da Silva	1370/08	Encontro de Cirandeiros da Mata Norte 2011	Festivais e Mostras com programação Estadual e/ou Nacional	Tracunhaém	Cultura Popular e Tradicional	91.940,40	2010-2011
12	Ederlan Fabio Freitas da Silva	1429/09	Domingo no Parque dos Lanceiros	Programação de espaços com no mínimo 8 atividades de grupos de cultura popular e tradicional, distribuídas no período de 6 meses a 1 ano.	Condado	Cultura Popular e Tradicional	69.763,20	2010-2011
13	Ederlan Fabio Freitas da Silva	1429/09	Encontros Pernambucanos	Itinerância estadual, com pelo menos 04(quatro) apresentações musicais, abrangendo, no mínimo, 03(três) macroregiões ou 2(duas) macroregiões e o território de Fernando de Noronha	Condado	Música	79.903,20	2010-2011
14	Edson Henrique Pereira da Silva	2519/11	CURSO DE ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS PARA ARTESÃOS DA ZONA DA MATA	Cursos de elaboração e gestão de projetos culturais para os que exercem atividades nesta área, com carga horária mínima de 120 horas.	Goiana	Form.e Capacitação - Artesanato	49.911,75	2011-2012
15	Philippe Wollney Correia dos Santos	2148/10	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESPAÇO CULTURAL BUDEGA DA YÁ	Atividades artísticas e culturais nos terreiros de Cultura Popular e Tradicional na Região da Mata – para o valor máximo, deverão ser realizadas pelo menos 05	Goiana	Cultura Popular e Tradicional	45.213,00	2011-2012

				(cinco) atividades.				
16	Cristian Auxiliadora da Silva	2147/10	INTERCÂMBIO CULTURAL: O CANTO DA CURICA CHEGA AS TERRAS DAS MINAS GERAIS	Intercâmbio (regional, nacional ou internacional) entre artistas ou grupos	Goiana	Música	59.976,80	2011-2012
17	Claudio João da Silva	2146/10	PRA VER A BANDA TOCAR	Programação de espaços para difusão da música, com atividades há, pelo menos, 01 (um) ano, tendo o mínimo de 08 (oito) apresentações e contemplando artistas ou grupos diversificados	Goiana	Música	79.999,40	2011-2012
18	Márcia Maria Almeida de Menezes Silva	2139/10	ARTMUSIC - CURSO DE PRÁTICA INSTRUMENTAL EM SAXOFONE E CLARINETE	Cursos de aperfeiçoamento para artistas e técnicos desta área - para o valor máximo, a carga horária deverá ser de 120 (cento e vinte) horas.	Goiana	Form.e Capacitação - Música	49.999,95	2011-2012
19	Wanessa Kariny Gonçalves dos Santos	2113/10	LEITURA, MEMÓRIA E CIDADANIA - MANUTENÇÃO E CIRCULAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA MESTRE BATISTA	Ações educativas promovidas por arquivos, museus e/ou bibliotecas, pelo período mínimo de 01 (um) ano, com garantia de acesso à comunidade	Nazaré da Mata	Form.e Capacitação - Patrimônio	59.976,80	2011-2012
20	Wanessa Kariny Gonçalves dos Santos	2113/10	TEM SAMBA NO TERREIRO	Atividades artísticas e culturais nos terreiros de Cultura Popular e Tradicional na Região da Mata	Nazaré da Mata	Cultura Popular e Tradicional	49.717,70	2011-2012

21	José Francisco Irineu Marcolino	1591/09	SE INSTRUMENTALIZANDO NO BEM: FORMAÇÃO DE JOVENS-PONTES CULTURAIS	Cursos de elaboração e gestão de projetos culturais para os que exercem atividades nesta área, com carga horária mínima de 120 horas.	Goiana	Form.e Capacitação - Cult.Pop.e Tradic.	49.885,50	2011-2012
22	José Francisco Irineu Marcolino	1591/09	2º ENCONTRO INFANTIL DE CULTURA POPULAR DA ZONA DA MATA	Festivais e Mostras com programação estadual e/ou nacional.	Goiana	Cultura Popular e Tradicional	99.472,88	2011-2012
23	Sociedade Musical Curica	1575/09	GOIANA EXPO-MUSIC ANO IV	Festivais com programação estadual e/ou nacional	Goiana	Música	99.997,04	2011-2012
24	Neuza Rejane da Silva	1523/09	FESTIVAL COCULTURA: COCO DE CÁ PRA LÁ PRÁ CÁ	Festivais e Mostras com programação estadual e/ou nacional.	Goiana	Cultura Popular e Tradicional	99.675,68	2011-2012
25	Fernanda Cristina dos Santos	1470/09	PROGRAMA VOZES DA TERRA	Programas de rádio para difusão da cultura, com, pelo menos, uma edição semanal e duração mínima de 01 (um) ano.	Nazaré da Mata	Artes Integradas	106.625,60	2011-2012
26	Katya Rejane Barbosa Correia	1439/09	DA FIBRA DA BANANEIRA A ARTE DA SANDÁLIA - MANUTENÇÃO DO COLETIVO DO MERCADO REGIONAL DE ARTES	Manutenção, por um 01 (um) ano, das atividades de ateliês, oficinas ou coletivos, em funcionamento há, pelo menos, 01 (um) ano	Vicência	Artesanato	59.872,80	2011-2012
27	Ederlan Fabio Freitas da Silva	1429/09	MANUTENÇÃO DA BANDA 15 DE NOVEMBRO	Manutenção, por um 01 (um) ano, das atividades de bandas de música com histórico de atividades comprovadas há, pelo menos, 01 (um) ano	Condado	Música	93.116,40	2011-2012

28	Gilson Xavier da Silva	1370/08	NA EMBOLADA DOS MESTRES	Programação de espaços com no mínimo 08 (oito) atividades de grupos de Cultura Popular e Tradicional, distribuídas no período de 06 (seis) meses a 01 (um) ano	Tracunhaém	Cultura Popular e Tradicional	69.648,80	2011-2012
29	Wilfred de Albuquerque Gadelha Junior	3236/12	METAL PE	Publicação ou reedição de livros especializados.	Goiana	Música	49.948,50	2011-2012
30	Edivania Maria Alves	2944/12	TROPEIROS CIA. DE DANÇA	Oficinas de iniciação, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas	Vicência	Form.e Capacitação - Dança	22.186,50	2011-2012
31	Josefa Anunciada Serafim da Silva	2781/12	ESTÓRIAS DA VOVÓ	Projetos educativos de contação de histórias para difundir a memória dos municípios e seus patrimônios culturais	Vicência	Form.e Capacitação - Patrimônio	29.751,75	2011-2012
32	Cristiane Maria de Oliveira Silveira	2780/12	AMPLIANDO O CORTEJO DO MARACATU ESTRELA DA JACY	Cursos de transmissão de saberes, ministrados por mestres da Cultura Popular e Tradicional , em suas comunidades, com carga horária mínima, de 120 (cento e vinte) horas	Vicência	Form.e Capacitação - Cult.Pop.e Tradic.	49.917,00	2011-2012
33	Juliana de Souza Silva	2777/12	CARAVANA MARACATU LEÃO DA SERRA	Programação de apresentações de grupos de Cultura Popular e Tradicional em Festivais Culturais, atendendo as 04 (quatro) macrorregiões (Mata, Agreste, Sertão e Metropolitana)	Vicência	Cultura Popular e Tradicional	59.810,40	2011-2012

34	Sidclei Marcelino de Almeida	714/08	14ª EDIÇÃO DO TIPOIA FESTIVAL	Realização de Festivais, Mostras, Feiras e Celebrações Culturais	Tracunhaém	Artes Integradas	241.988,20	2012-2013
35	Edjane Vicente Pereira		CURSO DE GESTÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PATRIMÔNIOS MATERIAIS E IMATERIAIS DA ZONA DA MATA	Cursos de elaboração e gestão de projetos culturais para profissionais desta área, com carga horária mínima de 120 horas.	Goiana	Form.e Capacitação - Patrimônio	49.990,50	2012-2013
36	Bárbara Gizzelly Gonçalves dos Santos	3614/13	BIBLIOTECA MESTRE BATISTA	Ações educativas promovidas por arquivos, museus e/ou bibliotecas, pelo período mínimo de 01 (um) ano, com garantia de acesso à comunidade.	Nazaré da Mata	Form.e Capacitação - Patrimônio	59.935,20	2012-2013
37	Salatiel Cícero da Silva	3324/12	MINHA CULTURA, MINHA IDENTIDADE VISTA POR OUTROS OLHARES	Ações de “Educação Patrimonial” , abrangendo, no mínimo, uma Região de Desenvolvimento do Estado.	Nazaré da Mata	Form.e Capacitação - Patrimônio	42.033,60	2012-2013
38	Olga Maria Coutinho Vaz de Araújo	3251/12	FAZENDO ARTE COM RECICLADOS	Oficinas de transmissão de saberes, ministradas por mestres e mestras artesanos e artesãs , em seus ateliês, para suas comunidades, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas.	Vicência	Form.e Capacitação - Artesanato	29.772,75	2012-2013
39	Willelberg Junior Francelino da Silva	2397/11	CURSO DE GESTÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA AS QUADRILHAS JUNINAS DE PERNAMBUCO	Cursos de elaboração e gestão de projetos culturais para os que exercem atividades nesta área, com carga horária mínima de 120 horas.	Goiana	Form.e Capacitação - Cultura Popular e Tradicional	45.255,00	2012-2013
40	Edlene Maria da Costa Araújo	3162/12	MARACATU DE BAQUE SOLTO LEÃO DOURADO DE LAGOA DO CARRO	Confecção de indumentárias e instrumentos de grupos da Cultura Popular e Tradicional ou restauro de bens culturais, tais como estandartes e	Lagoa do Carro	Cultura Popular e Tradicional	29.998,50	2012-2013

				bonecos gigantes, entre outros.				
41	Gilcélia Barboza da Silva	3122/12	PROGRAMA O CONTO QUE CONTO DO CONTO	Produção de programas de rádio com, pelo menos, 52 (cinquenta e duas) edições inéditas	Nazaré da Mata	Literatura	99.358,00	2012-2013
42	Juliana de Souza Silva	2777/12	FESTA DE ENGENHO - ANO II	Programação de espaços com no mínimo 08 (oito) atividades de grupos de Cultura Popular e Tradicional, distribuídas no período de 06 (seis) meses a 01 (um) ano.	Vicência	Cultura Popular e Tradicional	69.971,20	2012-2013
43	Edinaldo Sílvio Pereira	2776/12	1ª FENEARVI	Realizar Festivais, Mostras, Feiras e Exposições.	Vicência	Artesanato	192.373,10	2012-2013
44	Joseane do Nascimento Rocha	2760/12	INFLUÊNCIAS LINGUÍSTICAS AFRICANAS NA FORMAÇÃO DA LINGUAGEM COLOQUIAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA MATA NORTE DE PERNAMBUCO	Pesquisa, mapeamento e sistematização de dados sobre comunidades quilombolas com garantia de acesso ao público	Carpina	Pesquisa - Cult. Pop.e Tradicional	49.518,00	2012-2013
45	Sebastião Saraiva de Souza Silva	2607/11	MEMÓRIA POÇO COMPRIDO	Programação de atividades em espaços destinados à preservação da memória do lugar ou da comunidade por um período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 01 (um) ano	Vicência	Patrimônio	94.796,00	2012-2013
46	Maria José Barbosa de Souza Aquino	2279/10	BOLOS DE PERNAMBUCO	Oficinas de transmissão de saberes entre os profissionais desta área, atendendo ao menos 03 (três) macrorregiões	Lagoa do Carro	Form.e Capacitação - Gastronomia	39.595,50	2012-2013

				do Estado, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas, em cada macrorregião.				
47	Philippe Wollney Correia dos Santos	2148/10	PROJETO POESIA & CIA	Publicação ou reedição de jornais ou fanzines literários com, pelo menos, 06 (seis) edições	Goiana	Literatura	19.950,00	2012-2013
48	Edson Junior da Silva	2145/10	MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE MÚSICA PROFESSOR JOSÉ CONRADO DE SOUZA NUNES	Manutenção, por 01 (um) ano, das atividades das escolas de bandas de música e, Orquestras com histórico de atividades comprovadas há, pelo menos, 01 (um) ano.	Goiana	Música	149.999,99	2012-2013

APÊNDICE C - Listagem de projetos aprovados pelo FUNCULTURA Audiovisual em 2010-2013

N.	Nome	CPC	Título / n. do projeto	Descrição sucinta do projeto	Cidade	Linguagem / área	Valor (R\$)	Ano
1	Caio Vinícius Dornelas	2013/10	Mostra Canavial de Cinema	mostra - difusão	Goiana	audiovisual	67.150,72	2010-2011
2	Philippe Wollney Correia dos Santos	2148/10	Manutenção Iapôí Cineclube	Manutenção de Cineclube	Goiana	Audiovisual	9.479,40	2010-2011
3	Philippe Wollney C. dos Santos	2148/10	Engenho de Imagens	Realizar curso de introdução à produção audiovisual	Goiana	Formação em audiovisual	65.942,66	2011-2012
4	Philippe Wollney C. dos Santos	2148/10	Iapôí Cineclube - dentro e fora da tela	realizar 3 sessões temáticas com apresentação musical	Goiana	desenvolv. do cineclubismo	11.214,00	2011-2012

5	André Filipe Pessoa	2718/11	Criação do Cineclube Claraboia	Criação de cineclube	carpina	desenvolv. do cineclubismo	11.751,60	2011-2012
6	Ernesto Regis Rodrigues	3319/12	Nostalgia e Luz	Curta- metragem Revelando os Pernambucos	Goiana	Documentário	20.000,00	2012-2013
7	Antônio Gomes Pereira Neto	3945/13	Macumbá	Curta- metragem Revelando os Pernambucos	itambé	Ficção	19.954,75	2012-2013
8	Caio Vinícius Dornelas	2013/10	3a Mostra canavial de cinema	Mostra	Goiana	Mostra	110.000,00	2012-2013
9	André Filipe Pessoa	2718/11	Manutenção do Cineclube Claraboia	Desenvolvimento do Cineclubismo	carpina	Manutenção	15.535,80	2012-2013